



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO

Que fazem, o **MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Cañellas, nº 258, inscrita no CNPJ/MF sob nº 87.612.917/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. **LUIZ FRANCISCATTO SOBRINHO**, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e **TRANSPORTES COLETIVOS BALBINOT LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Frederico Westphalen/RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.501.194/0001-52, neste ato representado por seu representante legal Sr. **ELOIR LUIZ BALBINOT**, brasileiro, residente e domiciliado em Frederico Westphalen/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 399.718.210-87, portador da cédula de identidade civil nº 8018229602, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGÊNCIA:

O presente contrato administrativo reger-se-á, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo como base a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 09/2016, Processo Licitatório nº 19/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

Contratação de empresa para prestar serviços de transporte escolar para os alunos das escolas municipais e estaduais do município, conforme relação e descrição dos itens adjudicados constantes na planilha em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO:

3.1. O serviço deverá ser prestado conforme roteiros descritos no anexo I do edital, nos dias e horários determinados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, obedecendo ao Código Brasileiro de Trânsito e demais normas aplicáveis.

3.2. O recebimento dos serviços será efetuado pela Sra. Sidene Fátima Stieven Buzatto, Secretária Municipal da Educação e Cultura ou por pessoa devidamente designada para esta função.

3.3. O itinerário, dias e horários estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por aditivo contratual, sem que implique em redução ou diminuição da capacidade de transporte de alunos, desde que a modificação não ultrapasse o limite de 25% do percurso, nos dias e horários indicados.

3.4. O transporte deverá ser feito de 2º a 6º feira e também aos sábados, quando houver necessidade.

3.5. Os serviços serão executados diretamente pela contratada, não sendo permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os valores especificados na tabela abaixo:

Item	Trajeto nº	Descrição do Trajeto	Total KM Diário	Preço Unitário do KM	Total R\$
3	09	Getulio Vargas/São João do Porto/FW	137,50	R\$ 2,60	R\$ 357,50
4	10	Barra do Braga/Pedras Brancas/FW	125	R\$ 2,60	R\$ 325,00
13	06	Linha Bonita/Pedras Brancas/Duque de Caxias	111	R\$ 2,63	R\$ 291,93



- 4.2. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação dos serviços e será calculado de acordo com os dias em que os serviços foram efetivamente prestados, devidamente atestados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura conforme calendário do Sistema Estadual e/ou Municipal de Ensino;
- 4.3. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços ou implicará em sua aceitação.
- 4.4. Deverá a(s) empresa(s) vencedora(s), apresentar o número da conta bancária para pagamento.
- 4.5. A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato Administrativo e o número do Pregão Presencial, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA:

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa	Há Previsão
2031 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2032 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2033 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2034 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2035 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2043 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim
2044 3390.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR.	Sim

CLÁUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO E REAJUSTE:

Os valores contratados não sofrerão qualquer reajuste durante o ano letivo.

Em caso de prorrogação do contrato os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo índice IGPM/FGV ou outro índice que venha a substituí-lo.

Poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, porém de consequências inesperadas, que onerem ou desonerem excessivamente as obrigações pactuadas, conforme alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Nº 8.666/93, ou, ainda, em caso de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

7.1. A vigência do contrato será de acordo com o Calendário Escolar de 2016, ficando suspenso durante as férias, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

7.2. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos alunos.

7.3. Havendo prorrogação da vigência contratual, a contratada **deverá** comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital e as exigências para assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização, em relação à qualidade e quantidade dos serviços prestados, será feita pela Sra. Sidene Fátima Stieven Buzatto, Secretária da Educação e Cultura ou por servidor devidamente designado para a função.

8.2. Os serviços prestados serão examinado(s)/conferido(s) para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo quantidade e qualidade. Em caso de não atendimento as exigências, fica a contratada obrigada a sanar os problemas apontados, no prazo de até 5 (cinco) dias após a comunicação formal da contratante.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Notificar a contratada qualquer irregularidade encontrada nos serviços prestados.
- Fiscalizar o fornecimento da melhor maneira que lhe convenha, podendo em decorrência solicitar providências a contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- Informar a contratada sobre o local a serem prestados os serviços.
- Efetuar os devidos pagamentos ao contratado, mediante apresentação da devida Nota Fiscal acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital e seus anexos.



- t) Se por defeito ou outra circunstância, o veículo for recolhido, a contratada será obrigada a suprir com outro veículo de capacidade igual ou superior, os horários e itinerário estipulado de acordo com as exigências do edital;
- u) Cumprir com os horários e trajetos com respectivas paradas determinadas pela contratante, bem como prestar informações solicitadas pela Secretaria Municipal da Educação;
- v) Submeter os veículos às vistorias técnicas determinadas pela contratante e manter sempre limpos e em condições de segurança;
- x) Caso ocorra redução do número de alunos e/ou excesso em determinados trajetos a contratada deverá atender os educandos com veículos de menor e/ou maior capacidade, mediante autorização ou solicitação da contratante;
- y) Em caso de substituição do veículo e/ou motorista, a contratada deverá comunicar imediatamente a contratante e providenciar a documentação necessária para atendimento às exigências de habilitação contidas no edital e seus anexos.

10.2. O (s) Motorista (s) deve atender as exigências previstas nos arts. 138 e 329 do CTB:

- a) Ser maior de 21 anos;
- b) Comprovante da realização do curso especializado para condutores de transporte escolar, nos termos da resolução 55 e 57 do CONTRAN;
- c) Carteira de habilitação no mínimo categoria "D";
- d) Histórico de boa conduta expedido pela Delegacia de Polícia, de cada condutor do veículo;
- e) Comprovar, através do histórico do DETRAN, de que não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou seja, reincidente em infração durante os 12(doze) meses de cada motorista (CTB, art. 138, IV e 145).

10.3. O Veículo deve atender as seguintes exigências:

- a) O veículo deve atender aos requisitos do art. 136 do CTB (Lei nº 9.503/97).
- b) Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);
- c) Possuir cintos de segurança igual à lotação;
- d) Dispor dos demais equipamentos obrigatórios que são ou forem estabelecidos pelo CONTRAN;
- e) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico TRANSPORTE ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

10.4. A contratada deverá manter em dia os seguintes documentos:

- a) Recibo de quitação com o IPVA e seguro obrigatório;
- b) Comprovação de ter realizado INSPEÇÃO VEICULAR SEMESTRAL, através de um engenheiro mecânico, apresentando Laudo Técnico assinado por este;
- c) Apólice de seguro (do veículo e passageiros) contratado válida;
- d) Carteira de Trabalho - CTPS, se motorista contratado, comprovando o vínculo do condutor do veículo e salário compatível com o dissídio coletivo da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES E PROIBIÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Os veículos da contratada não poderão transitar em outros trajetos conduzindo alunos, salvo com autorização por escrito do contratante.
- b) Os serviços serão executados diretamente pela contratada, não sendo permitida subcontratação, sob pena de rescisão do contrato, salvo em casos excepcionais e eventualmente de impossibilidade de transporte com os veículos oferecidos. Somente com prévia autorização da contratante, tendo veículos e condutores habilitados ao transporte escolar, com comprovação de habilitação no Município Contratante, ou em outro em que preste o mesmo tipo de serviço.
- c) É expressamente proibido o transporte de alunos de outros municípios, ou seja, deverá transportar somente os alunos devidamente cadastrados na SMEC, mediante a apresentação da carteirinha do transporte escolar.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DOS ALUNOS:

São direitos e obrigações dos alunos:

- a) Receber serviço adequado;
- b) Receber do CONTRATANTE e da CONTRATADA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- c) Levar ao conhecimento do CONTRATANTE e da CONTRATADA as irregularidades de que tenham notícia, referentes ao serviço prestado;
- d) Comunicar ao CONTRATANTE e às demais autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na prestação do serviço;
- e) Contribuir para a permanência das boas condições dos bens utilizados na prestação dos serviços;
- f) Cooperar com a fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CARTEIRA DE ESTUDANTE:

A Carteira de Estudante será necessária apenas nos trajetos que forem instituídos pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

A Administração, através da SMEC, é o Órgão competente para emissão das Carteiras de Estudante.

A CONTRATADA está obrigada a transportar os alunos que apresentarem a Carteira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 408 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) São aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- e) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- f) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

I) Por atraso na prestação dos serviços: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

II) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte. O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

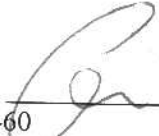
E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.


Frederico Westphalen (RS), 29 de fevereiro de 2016.


LUIZ FRANCISCATTO SOBRINHO
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante


ELOIR LUIZ BALBINOT
Representante Legal
Contratada

Testemunhas:

Carina da Silveira: 
CPF: 016.708.600-60

Guilherme Baptista Piovesan: 
CPF: 006.786.520-82

RESULTADO DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO FORNECEDORES COM ITENS VENCIDOS

Ano da Licitação:	2016	Modalidade:	Pregão	Nº da Licitação:	9	Data da Licitação:	21/01/2016		
Julgamento:	Menor Preço por Item			Objeto:	contratação de empresa para prestar serviços de transporte escolar para os alunos das escolas municipais e estaduais do município			Situação:	Julgada
Fornecedor Vencedor:	TRANSPORTES COLETIVOS BALBINOT LTDA - ME			CNPJ/CPF:	94.501.194/0001-52			Código:	520
Item	Sub-Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Origem	
3		137,50	Km	<p>TRAJETO 09 - GETULIO VARGAS / SÃO JOÃO DO PORTO / FW. Meto Dia - 11hs20min: Saída da rodoviária, BR 386, Distrito Industrial, Santos Anjos, Getulio Vargas, Linha São Paulo, São João do Porto, volta pela BR 386, rodoviária, Av. João Munis Reis, Posto Avenida, (Sepé Tiaraju), URI, José Canellas. Quantidade estimada de passageiros: 37 alunos. Tarde - 17hs15min: Faz o trajeto inverso, largando os alunos da tarde e recolhendo os do noturno, passando pelas escolas da cidade e chegando ao José Canellas as 18hs45min. Quantidade estimada de passageiros: 16 alunos. Noite - 22hs45min: Faz o trajeto inverso levando os alunos para suas residências. Veículo com capacidade mínima estimada de 40 lugares.</p>		2,600000	357,50	Proposta	
4		125,00	Km	<p>TRAJETO 10 - BARRA DO BRAGA/PEDRAS BRANCAS/FW Meto Dia - 11h00min: Saída Secretaria da Educação, Rodoviária, BR 386, RS que vai a Castelinho, Escola Joaquim Nabuco, Castelinho, Barra do Braga, Castelinho. Retorna trazendo alunos da Linha Marques, São Francisco até a L.M.E.F. Joaquim Nabuco, Pedras Brancas, Vinte e Um de Abril, BR 386, rodoviária, Sepé Tiaraju, URI e José Canellas. Quantidade estimada de passageiros: 18 alunos Tarde - 17hs15min: Faz o mesmo trajeto levando os alunos do turno da tarde e recolhendo os do turno da noite. Quantidade estimada de passageiros: 7 alunos Noite - 23h00min: Faz o mesmo trajeto levando para casa os alunos do noturno e retornando para Frederico Westphalen. Veículo com capacidade mínima estimada de 16 lugares.</p>		2,600000	325,00	Proposta	
13		98,00	Km	<p>TRAJETO 06 - LINHA BONITA/ PEDRAS BRANCAS/ DUQUE DE CAXIAS Manhã - 6hs30min: Saída na Secretaria da Educação, passando pela linha 21 de abril, Pedras Brancas deixando alunos na EMFF Joaquim Nabuco, seguindo até a linha Lajeado Bonito, Alto Alegre, bairro São Cristóvão, deixando os alunos na F.M.E.F. Duque de Caxias, passando pela APAE e Escola Canellas, seguindo até a Escola Auxiliadora. Quantidade de estimada de passageiros: 46 alunos Meto Dia - 11hs40min: Saída em frente à Escola Auxiliadora, passando na Rua Maurício Cardoso, APAE, Posto Serrano, BR 386, Bairro São Cristóvão, pega os alunos na E. M. E. F. Duque de Caxias, Alto Alegre, Lajeado Bonito, Pedras Brancas, Vinte e Um de Abril, Posto 34, Rua Cai, Rua Maurício Cardoso, Auxiliadora e José Canellas. Quantidade de estimada de passageiros: 23 alunos Tarde - 17hs15min: Faz o trajeto inverso levando os alunos, e retorna para a cidade de Frederico Westphalen. Veículo com capacidade mínima estimada de 40 lugares.</p>		2,630000	257,74	Proposta	
Total de itens vencidos: 3						Total das Propostas Vencedoras:		940,24	

